

MARK KIRKBY SÓCIO DA SÉRVULO, CO-LÍDER DA EQUIPA DE PROJETOS

Advogados têm de “gerir frustração de clientes com obstáculos administrativos”

Quando estão em causa novos projetos de renováveis, sucedem-se os obstáculos administrativos, acusa o especialista em Direito Público Mark Kirkby.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt

O mote é a aceleração da transição energética e o foco as soluções de instalação, produção e autoconsumo de energias renováveis. A temática estará esta tarde em debate no Hub Criativo do Beato, por iniciativa da Agência de Energia e Ambiente de Lisboa. Mark Kirkby, advogado e sócio da Sérvulo, um dos oradores, explica ao Negócios o que estará em análise e que desafios, nomeadamente de ordem burocrática, na altura de avançar com projetos de investimento.

Quando nos referimos a Autoconsumo Coletivo (ACC) e Comunidades de Energia Renovável (CER), de que instrumentos jurídicos falamos?

O ACC e as CER são dois instrumentos jurídicos que estão ao serviço dos mesmos objetivos: organizar a produção conjunta e descentralizada de energia renovável pelos consumidores finais, democratizando o acesso direto à atividade de produção de energia elétrica e permitindo a sua partilha pelos respetivos “associados”.

O que podem oferecer estes instrumentos aos consumidores?

As vantagens são muito claras. Por exemplo, é possível fazer poupanças significativas na fatura energética, através da autoprodução a partir de fontes limpas e “gratuitas”, assim como existe a possibilidade de venda de excedentes de produção à rede pública. Além do referido, há uma menor exposição às oscilações dos preços da energia nos mercados organizados.

Propôs-se a desenhar um ‘roadmap’ para a implementação de Comunidades de Energia Renovável nos municípios. Que papel podem as autarquias ter neste âmbito?

Um primeiro nível de envolvimento é o de investirem na instalação de unidades de produção para autoconsumo, para beneficiarem das poupanças na fatura energética. Podem estender esses benefícios a pessoas e empresas com proximidade geográfica, nomeadamente a populações vulneráveis ou a habitação social. Podem também promover estes mecanismos, enquanto objetivo das políticas de transição energética.

Pode dizer-se que há grande margem de manobra?

Há margem para a criatividade

no desenho de soluções. Fundamental é planear e decidir bem em que plano e com que abordagem cada entidade quer posicionar-se.

O setor da energia não prescinde, até por força da sua especificidade, do apoio jurídico de especialistas. Que advocacia se faz em Portugal nesta área?

Há um conjunto relevante de escritórios com um elevadíssimo grau de especialização nas matérias regulatórias relacionadas com todos os segmentos do sistema energético nacional e, muito em particular, com a produção de energia renovável.

Quais são os principais desafios com que se defrontam os advogados que trabalham neste setor?

A resposta é sempre a mesma, sobretudo na assessoria ao desenvolvimento estruturação e execução de novos projetos de renováveis. É preciso gerir a frustração dos clientes face aos inúmeros obstáculos administrativos, face à inércia das autoridades e, no que de pior impressiona, face à falta de articulação entre as entidades públicas envolvidas – entidades licenciadoras, ambientais, municípios –, tantas vezes de costas voltadas.

Que explicação tem para essa forma de estar?

Estas entidades têm uma inaceitável tendência para ver cada projeto apenas da perspetiva do interesse da “sua capela”, demitindo-se de uma visão integrada e proativa comprometida com as metas da transição energética e da descarbonização da economia. ■



É possível fazer poupanças significativas na fatura energética, através da autoprodução a partir de fontes limpas e ‘gratuitas’.



Pedro Catarino



“Eólica offshore é próxima grande fileira nas renováveis”

Uma das áreas de investimento futuro nas renováveis é a da energia eólica offshore. Que importância têm para o país novos projetos nesta área?

A eólica offshore é certamente a próxima grande fileira de projetos de renováveis em Portugal. Num momento em que a eólica onshore está muito limitada, porque o aumento da vasta área já ocupada suscita resistências motivadas pelos impactos visuais, sociais, entre outros, a eólica offshore entusiasma pelo potencial e pela novidade em Portugal.

Em que fase está o anunciado leilão, previsto para este ano, neste subsector?

Está anunciado, mas ainda não se conhecem as regras nem as condições financeiras que serão oferecidas ou pedidas aos investidores. Tratando-se de parques situados em domínio público marítimo, somam-se dificuldades administrativas relacionadas com a atribuição de títulos de utilização privativa e com licenciamentos ambientais específicos que acrescem às já vividas na implementação dos demais projetos de renováveis. É preciso acelerar.

Tem conhecimento de investidores interessados nestes leilões?

Esse interesse já tem vindo a ser manifestado por diversos investidores especializados nesta tecnologia, com projetos que têm sido travados pela falta de amadurecimento do quadro legal e regulamentário e da delimitação das zonas geográficas de implantação dos projetos deste tipo.

Outra vertente da aposta na transição energética passa pelo hidrogénio verde. Qual é a maturidade esta tecnologia?

A tecnologia do hidrogénio verde está cada vez mais madura e o enorme investimento público europeu no apoio a projetos ligados a esta fileira muito tem contribuído para isso e para que os custos de produção venham a baixar consistentemente.

Acredita que esses apoios são para manter?

É importante que tais apoios se mantenham nesta fase de capacitação industrial da Europa para a produção de gases renováveis, porque não queremos que suceda nesta área o que sucedeu com o solar, em que a China conseguiu capturar a capacidade mundial de pro-

dução de painéis solares, criando enormes dependências logísticas na Europa, que se fizeram sentir com particular gravidade durante a pandemia e início da guerra da Ucrânia e que ainda perduram.

A aposta de Portugal nesta área é positiva, portanto?

Portugal faz muito bem em fazer uma aposta estratégica [no hidrogénio verde] no desenvolvimento de uma capacidade industrial de charneira na produção de gases renováveis e indústrias associadas. É uma oportunidade única de construir a partir da base e num momento inicial uma competência industrial pesada, mas sofisticada, aproveitando condições endógenas e de financiamento que nos são muito favoráveis.

E quanto à energia solar fotovoltaica, é expectável que investimentos de grande envergadura continuem a ser feitas no país?

Sim. Repare-se que a taxa de penetração da energia fotovoltaica no mix energético nacional ronda ainda apenas os 3%/5%. Só agora estão a ser executados e, nalguns casos, concluídos os parques solares que resultam de capacidade atribuída no leilão de 2019. Estamos longe ainda da execução dos projetos do leilão de 2019 e do leilão solar flutuante de 2020. Por outro lado, o Governo tem adotado medidas de simplificação procedimental destinadas a acelerar a implementação de projetos. E mantém em aberto o lançamento de novos leilões solares. Há, portanto, muito caminho ainda a fazer no solar fotovoltaico. ■



[Hidrogénio verde?] Portugal faz muito bem em fazer uma aposta estratégica no desenvolvimento de uma capacidade industrial de charneira na produção de gases renováveis.